

O Conceito de «Perceção do Risco»: Contributo da Psicologia Social

José-António Carochinho*

Resumo

Este artigo refere-se à forma como a Psicologia Social estuda o risco, a qual parte de fenómenos intrapsíquicos para explicar as realidades em que os diferentes atores sociais se movem. Nele apresentamos os conceitos de «perceção de risco» e de «avaliação do risco». Apesar do segundo conceito ser mais objetivo que o primeiro, é o primeiro que tem maior importância na adesão a comportamentos preventivos.

Palavras-chave: perceção do risco, avaliação de risco, conceito multidimensional

Abstract

This article refers the way how Social Psychology studies the risk, to which part of intra-psychic phenomena to explain the realities in which the different social actors move. In this article we introduce the concepts of «risk perception» and «risk assessment». Despite the second concept being more objective than the first one, is the first concept that has a greater importance on supporting preventive behaviours.

Keywords: risk perception, risk assessment, multidimensional concept

* Professor Auxiliar da Universidade Lusíada de Lisboa e da ULHT

Os riscos estão presentes de forma permanente no meio que nos circunda e acompanham-nos ao longo de toda a nossa vida! Existem vários tipos de riscos: «riscos inerentes à vida social» (violência, tensões, incertezas psicológicas, guerras e revoluções), «riscos engendrados pela civilização e pelos estilos de vida desenvolvidos» (stresse, associados a hábitos alimentares, poluição, contaminação, acidentes industriais, tecnologia de risco, de vir a contrair SIDA), assim como «riscos naturais» (ciclones, tsunamis, tempestades, inundações, sismos, etc.). Quanto à voluntariedade da exposição, a literatura científica refere frequentemente estes riscos em dois tipos de categorias: os «riscos voluntários» (que o indivíduo aceita) e os «riscos involuntários» (que são repentinos ou decididos por outros). Na maior parte dos casos, os primeiros são claramente mais elevados que os segundos, apesar dos últimos serem sempre mais indesejáveis que os primeiros.

Segundo Lola Lopes (1987, cit. por Lima, 2003), «a palavra “risco” refere-se a situações em que se toma uma decisão cujas consequências dependem do resultado de acontecimentos futuros que têm probabilidades conhecidas de ocorrerem». Trata-se de uma visão assente no cálculo de probabilidades estatísticas e, portanto, objetiva do risco, efetuada por sujeitos que dispõem de informações e conhecimentos técnicos específicos; é, por assim dizer, uma aproximação técnica que enfatiza o papel da ciência e dos especialistas na identificação e controlo dos riscos. As diversas situações quotidianas são, todavia, avaliadas por sujeitos que não possuem tais conhecimentos, que aqui designaremos por «leigos»¹. O estudo do pensamento leigo sobre os riscos procura dar conta da subjetividade com que são avaliadas pelos indivíduos as situações ameaçadoras e descobrir grandes padrões que delimitam essas avaliações. O risco é então considerado não como o resultado de um cálculo de probabilidades (visão objetivista), mas numa perspetiva construtivista, enquanto avaliação subjetiva da possibilidade de ocorrência de um acontecimento nefasto para as pessoas ou para o que elas valorizam (Kates & Kasperson, 1983). E aqui entramos num outro tipo de aproximação: a psicossociológica. A primeira incide essencialmente nas percepções individuais de risco e nas características percebidas dos riscos que afetam os julgamentos dos indivíduos. Já a aproximação social assenta no pressuposto de que o contexto social influencia a

1. Entende-se por «leigo» todo o indivíduo que não dispõe de conhecimentos ou informações técnicas sobre os perigos a que está sujeito.

perceção de risco. Nesta linha, as características dos riscos não são universais nem absolutas, tendo diferentes significados de acordo com os diferentes grupos sociais. A este propósito, Paul Slovic (1987) refere-nos que o risco só é possível de ser observado e mensurado dentro de um determinado contexto e é esse contexto que origina a interpretação e a gravosidade que dele se faz, pelo que corroboramos a ideia expressa por Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1982) e Slovic (1987) de que o risco e a resposta ao risco são constructos sociais. Dentro desta linha de pensamento, podemos dizer que as teorias da probabilidade de risco são criações mentais e sociais definidas em termos da natureza e do grau das crenças. Face ao que precede, é razoável assumir que o risco real e o risco percebido são claramente duas dimensões diferentes. A literatura também nos autoriza a dizer que a perceção do risco (ou risco percebido) constitui-se a partir dos anos 80 como um campo de trabalho teórico e empírico nas ciências sociais.

1. A Perceção do Risco

A perceção é um processo psicológico ativo pelo qual os estímulos são selecionados e organizados dentro de um modelo conceptual da situação. Por outras palavras, diríamos que o indivíduo não regista apenas os aspetos observados em relação ao sistema do qual faz parte, mas atribui-lhes significados e valores.

A «perceção do risco», «risco subjetivo» ou «risco percebido» são sinónimos e referem-se à forma como os não especialistas pensam sobre o risco. Inclui um conjunto de crenças e valores que dão significado a um acontecimento ameaçador (Pidgeon *et al.*, 1992), isto é, refere-se a um conjunto de crenças, atitudes, avaliações e sentimentos das pessoas acerca das situações de perigo e dos riscos a elas associados. Podemos então dizer que o conceito de perceção do risco possui um grau importante de subjetividade porque:

- as avaliações implicam «alguma dose de imaginação individual, sobretudo ao nível das consequências de acontecimentos que não aconteceram», na medida em que há uma antecipação de cenários e das respetivas consequências (*v.g.* ficar desempregado, vir a contrair SIDA, rebentamento de uma barragem, etc.);

- «na impossibilidade de se fazerem análises completas, opta-se pela construção de cenários». Logo, as avaliações daí decorrentes caracterizam-se sempre pelo envolvimento de níveis importantes de incerteza;
- «estas avaliações envolvem sempre a atribuição de valores a alternativas e estes valores não são consensuais». Nelas está sempre envolvida uma análise de custo-benefício: a teoria da percepção de risco baseia-se sobretudo na percepção de um indivíduo sobre algo que lhe pode causar danos. Portanto, quantos maiores esses danos, maior a percepção dos mesmos;
- «são utilizadas inúmeras estratégias para avaliação desses mesmos riscos». Slovic (1987) refere que um dos maiores contributos da psicologia para o estudo do risco foi a descoberta de um conjunto de estratégias mentais ou heurísticas que os indivíduos utilizam para compreenderem e se adaptarem às incertezas que a vida lhes apresenta. Essas estratégias são apenas válidas em determinadas circunstâncias; caso contrário, poderão originar erros e enviesamentos na avaliação dos riscos. Hélène Joffe (2003) afirma que as estratégias heurísticas constituem atalhos cognitivos mediante os quais os indivíduos avaliam os riscos (e os benefícios de um acontecimento) de forma consciente ou inconsciente, condicionando, assim, a forma como apreendem o real. A propósito das estratégias heurísticas, podemos referir que os acontecimentos mais acessíveis (heurística da acessibilidade), os mais recentes (heurística da recência) e mais facilmente imagináveis (heurística da disponibilidade) influenciam a probabilidade subjetiva de ocorrência dos riscos.

A percepção do risco é, pois, um conceito subjetivo que é influenciado por uma multiplicidade de fatores. Estes fatores, no dizer de André Delisle (1994, cit. por Debia & Zayed, 2003), subdividem-se em três categorias: «preferências pessoais», «características dos efeitos» e «capacidade de gestão». «A estes fatores junta-se todo o *corpus* de conhecimento proveniente da psicologia da percepção: expectativas, sentimentos, questões culturais (fatores internos) e, intensidade, dimensão, contraste e repetição (fatores externos) entre outros, associados à pessoa que percebe ou ao risco propriamente dito».

Quadro I – Fatores que influenciam a percepção do risco

Preferências pessoais	<ul style="list-style-type: none">- compreensão dos problemas;- familiaridade das situações;- liberdade de escolha;- grau de exposição;- possibilidade de controlo;- confiança nas instituições.
Características dos efeitos	<ul style="list-style-type: none">- gravidade;- alcance;- duração;- reversibilidade;- doenças genéticas e cancro.
Capacidade de gestão	<ul style="list-style-type: none">- incerteza científica;- probabilidade real de ocorrência de acidentes;- cobertura mediática;- escolha para as gerações futuras;- equidade social.

Elaborado a partir de Delisle (1994, cit. por Debia & Zayed, 2003)

2. «Risco Percebido» e «Avaliação do Risco»

Convém esclarecer a destriça conceptual entre «risco percebido» e «avaliação do risco». Assim, «risco percebido» refere-se à perspectiva dos leigos sobre esse mesmo risco e é estudada pelas ciências sociais, enquanto o «risco objetivo» e a avaliação do risco se referem às características dos acontecimentos, sendo estudados no âmbito das ciências naturais. A avaliação do risco é considerada uma atividade objetiva, com um enfoque predominantemente quantitativo, focalizando-se nas causas dos fenómenos. Maria Luísa Lima (1998) refere que, frequentemente, os resultados da avaliação dos riscos são completamente diferentes dos resultados da percepção de risco. A autora ilustra esta situação referindo que os resultados dos estudos de avaliação de riscos associados a uma central nuclear ou a uma incineradora são extremamente baixos, enquanto que os estudos sobre as percepções de risco mostram que os mesmos riscos são vistos pelas populações que vivem nos locais próximos de tais empreendimentos como assustadores e inaceitáveis. Significa isto que «os especialistas e o público em geral estão a falar de objetos completamente diferentes quando usam essa palavra. No caso do risco de rebentamento de uma barragem, os

especialistas preocupam-se com os acontecimentos que podem provocar o seu rebentamento, enquanto que o público em geral quando avalia a sua percepção de risco não se centra nas causas, mas nas consequências» (Lima, 1998). Tal facto reforça a ideia de Slovic (1987) de que a avaliação do risco é unidimensional, enquanto que a percepção do risco é um conceito multidimensional. O quadro seguinte procura resumir as principais diferenças entre os dois conceitos:

Quadro II – Diferenças entre os conceitos de «avaliação» e «percepção» do risco

Avaliação do Risco	Percepção do Risco
Estudada no âmbito das Ciências Naturais	Estudada no âmbito das Ciências Sociais
Conceito unidimensional: - probabilidades	Conceito multidimensional: - grau de informação - controlabilidade da ameaça - grau de envolvimento pessoal
Centrado nas causas	Centrado nas consequências

Os estudos sobre a percepção do risco revelam que as pessoas avaliam o risco que correm recorrendo a três grandes dimensões de análise:

- o «grau de informação que existe sobre o risco». Esta dimensão parece ser aquela que é considerada para o caso dos riscos tecnológicos: o conhecimento dos riscos aparece associado à voluntariedade da exposição (Slovic, 1987; Lima, 1994). Como nos diz Lima (1994), «esta associação parece indicar uma tendência para culpabilizar as vítimas de exposição a riscos conhecidos»;
- o «grau de controlo possível sobre os riscos» ou «controlabilidade da ameaça». Esta dimensão aparece sempre referenciada na literatura. Assim, os riscos considerados incontroláveis e catastróficos são também aqueles dos quais os indivíduos mais se demitem em termos de prevenção, considerando tal tarefa como sendo da competência das autoridades;
- o «grau de envolvimento pessoal com o risco». A literatura referencia amiúde a relevância ou o impacto pessoal que o risco tem

para o sujeito em questão. Esta variável, no entanto, aparece-nos associada ao conhecimento que se possui sobre o mesmo e ao seu grau de controlabilidade: as pessoas parecem sentir-se tanto mais receosas face a um determinado perigo quanto menos controlo sentirem sobre o fenómeno.

Quadro III – Exagero e minimização do risco

As pessoas exageram os riscos que:	As pessoas minimizam os riscos que:
<ul style="list-style-type: none">• têm grande espetacularidade ou remetem para acontecimentos raros ou inverosímeis;• são personificados;• remetem para «coisas» que as pessoas falam;• lhes são próximos e os afetam pessoalmente;• estão para além do seu controlo (ou impostos externamente);• são intencionais ou produzidos pelo homem;• São súbitos;• são novos, não familiares (desconhecidos); riscos pioneiros são sempre mais exagerados;• não são associados à situação atual.	<ul style="list-style-type: none">• têm pouca espetacularidade e remetem para acontecimentos comuns;• são anónimos;• remetem para «coisas» que não são discutidas;• lhes são distantes;• estão sob o seu controlo ou assumidos de bom grado;• são naturais;• que evoluem lentamente ao longo do tempo;• familiares (conhecidos); riscos antigos são sempre minimizados;• são associados a situações atuais.

3. Relevância dos Estudos Relativos aos Riscos Percebidos

A importância deste conceito parece radicar essencialmente na consistência da centralidade da ideia de que a perceção do risco é uma constante no dia a dia, quer em termos sociais, quer em termos pessoais, e na importância que a mesma possui aquando da mudança de comportamentos. As pessoas percecionam riscos como consequência

do medo que determinadas situações causam ou podem causar. Os receios e as inseguranças que daí podem advir originam uma falta de controlo sobre o processo que determina o risco que enfrenta. Como nos diz Lima (1988: 103), «parece assim que a incidência pessoal dos riscos se encontra bastante relacionada com a sua incontroabilidade, o que quererá dizer que as pessoas se sentem tanto mais receosas face a um determinado perigo quanto menos controlo sentirem sobre o fenómeno».

O estudo da percepção do risco tem uma importância bastante significativa porque não é o risco real que afeta as decisões das pessoas, mas sim a percepção que dele se tem. Em termos de consequências (o que só *de per si* justifica a importância do estudo da percepção de risco), duas situações podem ser apontadas:

- quanto mais cónscios estivermos de um risco, melhor o percebemos e mais nos preocupamos com ele. Há, por assim dizer, uma «reação positiva», na medida em que essa tomada de consciência vai originar o desenvolvimento de estratégias positivas tendentes a diminuí-lo (por exemplo: a pesquisa de informação pertinente sobre o mesmo (no caso de risco físico, químico, riscos sísmicos ou nucleares, entre outros, leva a que os indivíduos procurem voluntariamente informação sobre os mesmos) ou ainda a consulta de especialistas (no caso da percepção de risco de doenças, a consulta a um médico impõe-se como essencial);
- quanto mais conscientes estivermos de um risco, mais vulneráveis ficamos face à envolvente e mais nos acomodamos. Esta é, sem dúvida, a «reação negativa» (também designada por «não reação»), em que o indivíduo aprende a viver com a situação até que a mesma atinja todos os limites do possível, por vezes com consequências caracterizadas por um elevado grau de perigosidade para a sua saúde física e mental.

Um outro aspeto igualmente relevante no capítulo da importância dos estudos sobre a percepção do risco está relacionado com a sua divulgação e com as ações de prevenção a empreender. Sabemos que a percepção do risco não assenta numa única dimensão; logo, é importante que as estratégias de divulgação e as ações de prevenção empreendidas levem em linha de conta o carácter multidimensional com que os mesmos são considerados. Enunciar estatísticas referentes a

determinados acontecimentos parece não ser suficiente para alterar comportamentos, na medida em que escapam muitas das dimensões relevantes para os indivíduos poderem processar a informação fornecida. O contexto social em que o risco é produzido e ou percebido, muitas vezes olvidado, deve sempre ser tido em consideração. Parece-nos importante realçar que a minimização e a maximização do risco por parte de um indivíduo tem na sua essência um conjunto de valores e de crenças, fomentado frequentemente pela própria sociedade. Diversos estudos efetuados no âmbito da antropologia e da sociologia têm mostrado que a percepção e a aceitação de um risco tem as suas raízes em fatores culturais e sociais. Nomeadamente, tem sido argumentado que a resposta ao risco é mediada por influências sociais transmitidas por amigos, familiares, colegas de trabalho e pares com maior grau de respeitabilidade. O raciocínio efetuado pelo indivíduo, tendo em consideração todos os significantes da sua envolvente acerca de um determinado risco, origina a sua percepção do mesmo. Douglas e Wildavsky (1982) argumentaram que as pessoas, atuando em grupos sociais, diminuem certos riscos e enfatizam outros como forma de manter e controlar o grupo. É fundamental equacionar de que maneira e com que intensidade um indivíduo, ou uma comunidade, percebe um risco por forma a entender como é que este deve ser abordado e comunicadas as eventuais instruções tendentes à sua prevenção, tendo em vista a mobilização das pessoas para os nossos intentos preventivos. De realçar ainda que a responsabilidade individual da prevenção face ao risco só é claramente assumida no caso dos riscos considerados controláveis; nos restantes casos, os indivíduos tendem a delegar nas autoridades a responsabilidade pela sua prevenção.

Referências Bibliográficas

- Debia, M.; Zayed, J. (2003). "Les enjeux relatifs à la perception et à la communication dans le cadre de la gestion des risques sur la santé publique". *Vertigo – La revue électronique en sciences de l'environnement*, vol. 4, nº 1, pp. 1-8.
- Delisle, A. (1994). *Les Craintes des Populations: Réalités Sociales Mesurables et Valables*. Conférence Hydro-Québec-UQAM «Environnement: Mythes et réalités».
- Douglas, M.; Wildavsky, A. (1982). *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. Berkeley: University of California Press.

- Joffe, H. (2003). "Risk: From Perception to Social Representation". *British Journal of Social Psychology*, vol. 42, nº 1, pp. 55-73.
- Kates, R.W.; Kaspersen, J.X. (1983). "Comparative Risk Analysis of Technological Hazards (a review)". *Proceedings of National Academy of Sciences*, vol. 80, November, pp. 7027-7038.
- Lima, M.L. (1988). "Factores Sociais na Percepção de Riscos". *Psicologia*, vol. XII, nº 1, 11-28.
- Lima, M.L. (1994). *Percepção do Risco Sísmico: Medo e Ilusões de Controlo*. Dissertação de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.
- Lima, M.L. (2003). "Terramotos, Amor e Outras Coisas Perigosas: Uma Abordagem Psicossociológica da Percepção de Riscos". In: M.L. Lima, P. Castro & M. Garrido (orgs.), *Temas e Debates em Psicologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 225-254.
- Lopes, L.L. (1987). "Between Hope and Fear: The Psychology of Risk". *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 20, pp. 255-295.
- Pidgeon, N.F.; Hood, C.; Jones, D.; Turner, B.; Gibson, R. (1992). "Risk Perception". In: *Risk Analysis, Perception and Management: Report of a Royal Society Study Group*. London: The Royal Society, pp. 89-134.
- Slovic, P. (1987). "Perception of Risk". *Science*, nº 236, pp. 280-285.
- Slovic, P. (2000). *The Perception of Risk*. London: Earthscan Publications, Ltd.